



O rescaldo de uma revolta: Anotações sobre a eleição de Gabriel Boric

Jeudiel Martínez

Pesquisador do Laboratório Comunicação e Território (LabTeC/UFRJ). Sociólogo pela Universidad Central de Venezuela.

Salvador Schavelzon

Antropólogo. Professor da Universidade Federal de São Paulo.



“...el baile de los que sobran...”

Liberalismo e neoliberalismo criaram uma mitologia ao redor da democratização dos anos 1980. Os mitos mais cínicos falam da ação democratizadora dos norte-americanos, ou do Papa derrubando ditadores com uma visita ou um sussurro no ouvido de tiranos que choravam e se arrependiam aos pés deles. Outros, mais realistas, falam do efeito da Perestroika e da queda do Muro de Berlim na mudança de linha política dos Estados Unidos. Mas tudo isso é mistificação: a democratização aconteceu na América Latina como produto de um longo ciclo de lutas e mudanças profundas que esgotaram as governamentalidades autoritárias; não foi a compaixão do Papa ou um compromisso com a liberdade de nenhum presidente norte-americano, mas a desobediência civil e armada, a mobilização dos movimentos sociais e das minorias (junto com tensões, lutas e diferenças dentro das elites) que inviabilizaram os regimes autoritários.

Na realidade, para os Estados Unidos, AL foi mais uma fonte de perigos e ameaças do que de matérias-primas: a relação da polícia –corrupta –com a favela é uma imagem mais precisa que aquela da metrópole e da colônia que a esquerda tanto gosta. Os Estados Unidos não criaram nossos militarismos, oligarquias ou elites corruptas, nem tinham nenhuma afinidade ideológica com as ditaduras além de seu anticomunismo obsessivo. Imensamente paranoicos, apenas, achavam as oligarquias tradicionais, o militarismo e os *Hombres Fuertes* bem mais confiáveis que as democracias ou os regimes pluralistas. Imensamente hipócritas, achavam que na América Latina um regime de liberdades qualquer era simplesmente muito arriscado, muito cheio de incertezas, e inclusive as reformas mais básicas dos governos civis pareciam suspeitas aos olhos deles...

Até o hiper liberal Carter deixou claro para os nicaraguenses que, embora fosse aceitável que Somoza e sua família saíssem do poder, os Estados Unidos precisavam da infraestrutura política do somozismo¹e essa foi a mesma razão pela qual Roosevelt tolerou

¹ Victor Bulmer-Thomas. “Nicaragua since 1930”. The Cambridge History of Latin America Volume VII Latin America Since 1930: Mexico, Central America and The Caribbean Cambridge Histories Online © Cambridge University Press, 2008, pp. 351-353.

Somoza e Trujillo, assim como Kennedy tolerou Duvalier, embora pessoalmente não gostassem deles. A *segurança* foi a razão pela qual os princípios democráticos que os Estados Unidos defendiam não se aplicariam para a América Latina. E nada assegurava mais, nada reduzia mais as incertezas, do que um governo militar. E nenhum governo militar dava segurança como a Junta Militar Chilena e seu chefe Augusto Pinochet. Então, não surpreende que Reagan, o mais apocalíptico dos presidentes norte-americanos, conhecido por abraçar o genocida guatemalteco Rios Mott e desfrutar das engraçadas personificações do Galtieri, tivesse um grande entusiasmo pelo ditador chileno.

Porém, em 1986, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, aconteceu uma declaração surpreendente dos chefes da CIA:

O governo dos Estados Unidos e esta administração em particular querem que o Chile retorne à sua tradição democrática de 150 anos. Portanto, a decisão principal não é se queremos ou não a democracia no Chile. Nós queremos. A questão para nós é como podemos contribuir de forma mais eficaz para um resultado democrático no Chile” (...) “Precisamos de uma forma inequívoca de transição e fazer Pinochet aceitar².

Com esse documento secreto começava uma nova estratégia para a América Latina. Na prática, a nova política implicava não só que os EUA retirassem seu endosso irrestrito a Pinochet, mas o apoio à oposição moderada e pressões muito fortes sobre o General e a Junta Militar Chilena. Shultz, o Secretário de Estado de Reagan, formulou a nova política que levaria à transição, contudo o que foi que mudou desde os anos em que o governo dos Estados Unidos apenas fazia recomendações discretas para Pinochet? No passado o General era um virtuoso na eliminação de possibilidades indesejáveis, mas em 1986 não gerava certezas, **já não era seguro**. E o que tornou esse regime inseguro foi, simplesmente, que, desde 1983,

²National Security Council Meeting. November 18, 1986.

iniciados pelos operários do cobre, surpreendendo o autoritarismo e superando os partidos políticos, os movimentos sociais tiraram a dissidência do encapsulamento, conseguindo mobilizar os atores do contrapoder (...) as Jornadas Nacionais de Protesto paralisaram Santiago, silenciaram Arica, agitaram Rancagua e rejeitaram com o «puntarenazo» a visita àquela cidade do capitão-general Augusto Pinochet³.

Os informes da CIA, em 1984, já advertiam que “a política chilena mudou irreversivelmente” após as Jornadas embora os protestos tivessem sido reprimidos brutalmente. As condições do problema tinham mudado: Pinochet, que insistia em ficar no poder indefinidamente amplificava os riscos ao contrário de reduzi-los, pois obrigava a oposição a se radicalizar e se aproximar do Partido Comunista. O que aconteceu é que, com sua habitual plasticidade, os Estados Unidos desenharam uma nova estratégia que evitava o confronto armado entre a oposição mais radical e Pinochet, criando um modelo de “transição democrática” rápida, mas pouco traumática e sem surpresas. Então, a partir de 1986, políticos e partidos vão substituir a liderança das multidões nas ruas: por isso não é incomum que pessoas que desconhecem ou subestimam o ciclo de lutas de 1983-86 vejam a transição chilena como um negócio puramente burocrático ou parlamentar. Um jogo de negociações e pressões internacionais, quando, de fato, foram os protestos que tornaram a transição possível⁴. Como um “fetichismo da representação” a produtividade da luta vai se apagar do mesmo jeito que a produtividade do trabalho se apaga no fetichismo da mercadoria.

Nesse paradigma burocrático e parlamentar, “A Dança dos que Sobraram” é apenas um antecedente da política de verdade que se inicia quando as pessoas saem das ruas. Daí que o intenso ciclo de protestos que desde outubro de 2019 mudou totalmente a política chilena fosse considerado por alguns analistas como um reinício dessa dança e

³Patricio Quiroga Z. Las jornadas de protesta nacional Historia, Estrategias y Resultado (1983- 1986). Encuentro XXI, otoño de 1998 año 4 N° 114, pp. 42.

⁴Peter Kornbluh y Marian Schlotterbeck. Reagan y Pinochet: El momento en que Estados Unidos rompió con la dictadura”. ciperchile.cl. 23.11.2010. Disponível em: < https://www.ciperchile.cl/2010/11/23/reagan-y-pinochet-el-momento-en-que-estados-unidos-rompio-con-la-dictadura/?fbclid=IwAR11_7ZCsGHRG_x85lws6P6YL0Zr1hdA7atpKPsUl48z3ExC7dmBTnmDVhA >.

da transição democrática interrompida. Porém, tão importante quanto a revolta, tão verdadeiro quanto o constituinte – e aquilo que é propriamente democrático – sempre excede o parlamentar, é duvidoso que fiquemos ante uma simples repetição de um esquema no qual políticos trapaceiros esfaqueiam pelas costas as lutas e os lutadores: todas as revoltas, desde a Primavera Árabe, têm essa qualidade efêmera, essa potência enorme que se desfaz com o passar do tempo. Espanha é talvez o caso mais dramático. A pergunta sobre como prolongar o poder da revolta também na normalidade é, talvez, a questão fundamental da democracia.

Nesse contexto, a recente eleição presidencial chilena, como qualquer outra, mas, talvez com maior clareza, se insere num tempo longo onde as feridas da queda da Unidade Popular, em 1973, mostraram-se na superfície e os limites das opções de esquerda e direita pós-ditadura também estavam presentes. As coordenadas deram lugar a dois políticos que tiveram sucesso em fazer campanha e se mostrar como *outsiders*, ao mesmo tempo em que podiam mobilizar os dois polos que organizam a política chilena desde 1970. Kast e Boric eram, assim, como “os *outsiders* de cada um dos dois lados”. O *outsider* de direita contra o *outsider* de esquerda, por mais paradoxal que isso seja, como resultado de um momento político de crise e desencanto onde o importante era, antes do que nada, ser *outsider*.

Dessa forma, a polarização funcionou principalmente para que o discurso extremista conservador, herdeiro explícito de Pinochet e da repressão antidemocrática da esquerda, ganhasse visibilidade na mídia, rapidamente traduzida em poder eleitoral. Como no Brasil, onde um deputado desconhecido que exprimia uma ideologia extremista, idiossincrática, caricatural, chegou à presidência como beneficiário de movimentos em redes e comunicação que souberam aproveitar a decadência do governo definido como de esquerda, a desaprovação generalizada contra a corrupção e um discurso difuso que prometia ordem, segurança, valores tradicionais. Mas o mesmo jogo também permitiu a Boric chegar à presidência como expressão de uma situação e como beneficiário de uma polarização que o apresentava como alternativa num cenário de falta



de caminhos, mesmo depois de milhões irem às ruas, mas onde “apesar de tudo” foram mobilizados afetos que levaram a votar para evitar o triunfo do pinochetismo.

Perto da revolução

Com a queda do Muro de Berlim e o Consenso de Washington, os Estados Unidos pareciam ter encontrado uma fórmula para tornar aceitável a democracia – ou o pluralismo político, para sermos mais precisos – uma democracia sem entropia, sem riscos e sem surpresas definida pela fórmula: Democracia= Livre Mercado + Representação. Os governos da *Concertación* introduziram uma série de reformas na governamentalidade pinochetista criando um regime híbrido que, de fato, parecia ter ficado no meio do caminho na transição à democracia. Inclusive, logo depois do fim da História, e durante a Onda Rosa do progressismo sul-americano, o modelo chileno parecia ser incrivelmente estável.

Mas, na realidade, ao longo do século XXI, especialmente desde 2006, uma série de lutas estudantis e indígenas, além de uma inocultável pobreza estrutural para os não beneficiários do sistema, desestabilizaram esse modelo progressivamente e, definitivamente, logo depois da revolta de 2019. Talvez a velha distinção entre **o necessário e o suficiente** seja oportuna ao pensar a revolta chilena – e a questão geral da revolta e a insurreição: ela era necessária, mas foi insuficiente. A revolta foi necessária, é claro, pela atitude da casta política, zombando dos que se queixaram do aumento da passagem do metrô, chamando-os de inimigos numa guerra, pela repressão brutal e, até pela a tragicômica confissão do Piñera de que não tinha ideia do tamanho do descontentamento: é só na luta física na rua onde os corpos se jogam e onde a guerra parece próxima, onde os governantes começam a ter “a pele no jogo” (embora de um jeito bem mais tênue que qualquer de nós). Sem violência e intransigência nada teria mudado, simplesmente porque não existe negociação sem relações de forças. E, antes da revolta, que motivos a elite chilena tinha para negociar ou mudar algo?

Insuficiente porque não tinha as forças para causar uma mudança mais radical (fosse ao estilo das velhas revoluções ou em algum outro) e essa insuficiência parece manifestar-se no insurrecionalismo, na prolongação indefinida desse estado de exceção que é a revolta até o ponto que degrada ou até torna inviável a vida cotidiana. É bem conhecida a diferença radical de perspectivas entre o ativista estudantil ou militante universitário e as pessoas comuns: a romantização do saque, do incêndio e do distúrbio, embora comum nas universidades, e rara entre o vendedor de salgados, o varejista, o contador ou os pedreiros e operários: mas quando, como aconteceu no Chile – e, talvez, mais radicalmente na Colômbia –, ações como a queima de ônibus e os enfrentamentos violentos com a polícia são abraçados pela população geral trata-se de uma situação singular, pois na revolta a humanidade não procura o fim do hábito, a rotina e a repetição (ou a instauração da revolta como nova normalidade), mas a possibilidade de um *reset*, de um reinício que mude a vida, portanto, as ideias apocalípticas de destruir desde a raiz o mundo impuro ou iniciar uma guerra infinita, na realidade, não têm muito a ver com a física da democracia. Não nos surpreende, então, que com o passar do tempo a tolerância – sempre baixa – das pessoas comuns com os saques e a violência acabe, que a praça tomada que era um prodígio torna-se uma chatice, que os destroços na rua parem de ser marcos da luta e virem lixo e a revolta comece a asfixiar a cidade que a criou como um mata-leão.

A revolta indefinida – e o insurrecionalismo – é o oposto da revolta recursiva e, talvez, a resposta da incapacidade da luta e do conflito de se metamorfosearem e evoluírem em rotinas novas que atravessem o cotidiano. Era esperado que os novos modos de existência que se manifestaram nas ruas chilenas precisassem de uma nova invenção normativa, jurídica, porém a enorme descontinuidade entre as ações nas ruas e as operações político-burocráticas dos políticos e dos partidos mostra o verdadeiro problema do Chile: não que se procurasse alguma institucionalidade (que é simplesmente uma rotina) ou inclusive que nessa institucionalização fosse utilizado o mecanismo eleitoral, mas a interrupção do desdobramento da virtude do movimento constituinte (interrupção ajudada pela fortuna, isto é, pela pandemia) e sua limitação pelo constituído



sem nenhuma fase intermédia. A história dos anos oitenta parece se repetir: as multidões voltam para casa e os políticos, sob a forma da Convenção constituinte e agora do novo presidente, tomam seu lugar em uma política totalmente burocrática e representativa...

Porém, embora o esquema comum neste caso não vá trazer uma diminuição da incerteza, e sim o contrário. A imagem da força imparável contra o objeto inamovível expressa um pouco a situação: a revolta foi forte demais para não mudar algo, mas fraca para mudar tudo...

A nova normalização “frenteamplista”

Após um bem-sucedido esforço de Boric para se descolar da “esquerda”, conseguindo se impor em eleições prévias da frente *Apruebo Dignidad* contra Daniel Jadué (que assumia, sem conflito, a herança da esquerda comunista chilena e se adequava, ao mesmo tempo, ao antagonista ideal da direita – e há quem diga que houve votos estratégicos da direita para Boric nessas eleições prévias) e também àquilo que os protestos iniciados em outubro de 2019 diziam de forma mais direta (que Kast superava um Piñera ineficiente para controlar o mal), Boric conseguiu ser visto como aquilo que *la Concertación* e inclusive Jadué, do Partido Comunista, não representavam mais.

Depois de uma histórica vitória, vemos, no entanto, que Boric não deixa de ser o retorno da esquerda, mesmo que gentrificada ou gourmetizada, incorporando os ensinamentos do errejonismo (mais do que do *podemismo*, que acabou permitindo uma renovação do partido comunista nas hostes de Pablo Iglesias, seu ex militante⁵) e também ciente de que apenas um discurso jovem, “novo”, poderia se dar bem num jogo onde – como mostrou Franco Parisi, o terceiro colocado do primeiro turno da eleição, onde Kast

⁵ Schavelzon, Salvador. A formação do Podemos: América do Sul, populismo pós-colonial e hegemonia flexível. **Novos estudos CEBRAP**, nº 103, 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/nec/i/2015.n103/?section=DOSSI%C3%8A%20PODEMOS> >.

se impôs a Boric – o desafio parece ser aparecer como não classificável, evitar os lugares definidos e rígidos da política tradicional.

O sucesso de Boric teve algo de imprevisível, se consideramos que, numa eleição de baixa participação (40%), Kast se impôs apesar de pouco antes (em outubro de 2020) uma maioria eleitoral ter dado para os constituintes progressistas e antineoliberais mais de dois terços na eleição para convencionais constituintes. Mas a os olhos do campo progressista latino-americano, a vitória de Boric foi o avanço da mobilização das pessoas (*de la gente*) contra o passado abominável do pinochetismo. Parece que estamos diante de uma continuidade virtuosa que começa com as mobilizações de 2019, e percorre a instalação dessa constituinte com presidenta mapuche e uma maioria disposta a enterrar a constituição de Pinochet.

Mas essa narrativa não se impõe sem atritos. O análise da relação de Boric com o *estallido* não mostra o novo presidente como *filho* das mobilizações (enquanto sua carreira política, na realidade, “nasceu” das mobilizações estudantis de 2011). O papel de Boric, em 2019, no parlamento, quando milhões enchiam as ruas do país, foi sentar com deputados de centro e de direita, e dar para o governo o sinal de acordo de paz que precisava para mostrar que o caminho continuava sendo as instituições republicanas, tendo Boric assinado o acordo que dava sinal verde à constituinte, com aprovação por dois terços, rendendo-lhe uma “*funa*” (escracho, repúdio) quando tentou se misturar entre os manifestantes, o que o seu agora vice-presidente comunista fazia com naturalidade. Os dois terços poderiam ter bloqueado a convenção, como na amarga experiência da Assembleia Constituinte da Bolívia (Schavelzon, 2012), por isso foi um cálculo certo, na estratégia que levou Boric à presidência, mas questionável do ponto de vista de assembleias e ruas, bem como de comunidades mapuche em luta, que certamente não podem chamar o triunfo da Frente Ampla de *seu*.

A vitória de Boric inclusive premia quem, com essas posições, conseguiu ficar associado - “mas não muito” - aos protestos, e também representar uma esquerda não muito de esquerda; a velha política, mas um pouco nova... um chileno que não é de



Santiago, não é casta, embora também seja difícil dizer que é alguém “do povo”, como nova elite política que veio para ficar.

Sejamos claros: a Frente Ampla nasce, sim, das mobilizações. No livro *Frente Amplio en el momento cero*, de Alberto Mayol e Andrés Cabrera⁶, fica clara a origem da coalizão como uma emanção política do "monstruoso" que habita universidades, populações, movimentos ambientalistas, sindicalismo dissidente, movimentos de moradia e atores políticos com um papel no sistema político, mas fora da ordem institucional (p. 45). Especificamente, isso significava acomodar quinze partidos políticos que não tinham participado da coalizão de governo progressista, movimentos populacionais como UKAMAU, fundações como Nodo XXI, Sol, Decide, Crea y Emerge associadas à Esquerda Autônoma, ao Movimento Autônomo e à Nova Democracia, além do elo mais conhecido com a liderança das federações estudantis (p. 50-51).

Mas é justamente essa origem que levaria, em 2017, a angariar um quinto dos votos, embora com pouco espaço institucional, e naturalmente fazendo parte das mobilizações iniciadas em outubro de 2019, que o novo governo deixa para trás. É porque nasce das mobilizações que rompe com elas, encontrando um lugar de mediação e portavoz, diferente das mobilizações. Boric e outros líderes da Frente Ampla sabem disso quando se posicionam em um lugar diferente daqueles que simplesmente vão para a praça, cantam ou jogam pedras na polícia na linha de frente.

O governo se apresenta como condutor de algo que se entende como pré-político, caótico, necessário, mas limitado. Em seguida, faz uma ruptura que fica evidente para quem está nas ruas em 2019 e início de 2020. A Frente Ampla não estaria nas assembleias, embora muitos de seus eleitores e até militantes estivessem. O desafio da Frente Ampla, por ter nascido das mobilizações, era mostrar seu caráter de instrumento institucional, do pacto, do acordo com as elites. A Frente Ampla não mergulha nas mobilizações, assim como o Partido Comunista – seu parceiro eleitoral – que, como partido que vinha de participar do governo da *Concertación*, não precisa mostrar que é um agente institucional

⁶ Santiago de Chile, Editorial Catalonia, 2017.

e pode estar dentro das mobilizações como linha partidária, sendo ao mesmo tempo *de fora*. Como a Frente Ampla nasce das mobilizações mais recentes, deve sentar-se com a direita e concordar em ser aquela articulação que entre uma política entendida como justa demanda – em uma leitura limitada e aniquiladora do poder real – e uma institucional – formal, política, muito mais limitada na realidade – que aparece nessa construção voltada para as instituições e os políticos profissionais, como o único espaço onde as mudanças políticas são possíveis.

É por isso que nas assembleias e entre as bases se fala em traição, e no caso de outras lutas como naquela dos Mapuche, não há decepção porque sempre se soube que o custo de criar essa nova esquerda, crítica do passado, mas com "vocação do poder" é, **não poder** e reencarnar o velho progressismo chileno para continuar não sendo capaz, mas de novas formas e com novos rostos.

Sem querer tirar o que o processo chileno tem de aberto, como todo processo, e também das suas possibilidades de realiza o e cria o de horizontes novos, não apenas para o Chile, com um processo constituinte que com o resultado eleitoral ganha fôlego que não se encontrava nos meses iniciais de funcionamento,   importante caracterizar a Frente Ampla como parte de uma leva de expressões políticas da esquerda mundial que se constrói com certa distância e desconexão em rela o a militâncias territoriais, poderes territoriais, constru es de base ou de movimentos com inser o em lutas específicas.   o jogo institucional, e mesmo para a esquerda com origem social, movimentista, esse jogo   o da comunica o política e constru o de alternativa eleitoral. Outras políticas, do território, da luta contra poderes estabelecidos, como aquelas onde a esquerda historicamente costumava se engajar.

A imagem de Gabriel Boric nos meses de campanha era a do *instagramer* que dificilmente juntava um pequeno grupo de companheiros para panfletar na campanha de alguém que estava distante de ser uma figura de peso na política nacional, embora já seja um personagem conhecido. Aquele Boric cuja candidatura hoje vemos como expressão da revolta contra o modelo chileno de neoliberalismo pouco antes era alguém com alto grau de risco de ficar no caminho e que, no entanto, numa conjuntura especial, de crise



política e mudança, acabou como o cara que estava no lugar certo na hora certa, e, aos poucos, talvez até se torne a pessoa que, como Lula, Evo, Chávez -embora isso hoje seja difícil de imaginar -, representaram e foram o nome de algo de fato bem maior que si mesmo, mas que se confunde de forma indissociável com a construção pessoal. Sem reeleição possível, talvez seja o caso de uma geração de líderes que ocupam o poder de forma colegiada ou revezada, mas, de qualquer forma, falamos de líderes e representantes que se colocam como mediadores e intérpretes de demandas, sem ser titulares ocasionais de mandatos coletivos.

São essas construções coletivas, que construam força com autodeterminação, antes do que mobilizar símbolos de autonomia e movimentos em virtude de projetos individuais, de representação e reprodução do jogo institucional onde as elites dão as cartas, que são necessárias e o desafio real para qualquer esquerda que busque realmente mudar as regras do jogo.

Num período de enorme incerteza e esgotamento das elites, Boric promete uma renovação na qual -como nos anos 1980- a revolta que fez possível a *renovatio* fica no background e logo vai ficando fora de foco na medida em que a virtude da luta dos governados contra o governo vira a virtude de um novo governo. Seguindo o resultado dos processos Boric ficará, então, com toda a glória de uma mudança bem sucedida ou a vergonha de um fracasso. Esse é o simbolismo de sua saudação com Biden: dois presidentes que são produto de revoltas, mas que não estiveram realmente envolvidos, que são para os revoltados uma opção muito melhor que uma alternativa reacionária, catastrófica, mas que não são diretamente expressões dessa revolta nem o meio mais adequado para os propósitos que levantou. O fato de que Biden ofereceu suas condolências pelo assassinato de uma jovem chilena durante uma operação da Polícia de Los Angeles é também simbólico de todas as mudanças oferecidas e não cumpridas.

Porém, a analogia termina lá: Biden é um representante legítimo da *Old Corruption* da elite democrata e a virtude de Boric fica em sua juventude. Cabe ao futuro determinar que tipo de ressonância diplomática ou política pode existir entre ambos países considerando-se mesmo a baixíssima prioridade da América Latina para os Estados

Unidos e a longa história de parceria comercial com o Chile. Neste período em que a “liderança” norte-americana na região é tão precária como indesejável e tão necessária é a cooperação e coordenação na região, conseguirá Boric ser um fator de equilíbrio no contexto da grande crise migratória e econômica?

Existem muitas perguntas abertas sobre o futuro de Boric e seu governo. Porém, a mais importante é aquela que não tem a ver com ele: essas forças disformes mobilizadas na revolta, que nossa “ciência política” considera pré-políticas, vão ficar mesmo no background e fora de foco conseguiram vir à tona novamente? Tem alguma probabilidade de o Chile ser um dos lugares onde encontramos finalmente a saída da maldição da Rebelião Efêmera e da fantasia da Rebelião Eterna? A principal, talvez a única, vantagem dos chilenos nesse impasse é que, apesar de farsas e tragédias, o tempo é irreversível...